

**Do discurso ao concreto: efeitos de sentido
e muros construídos nas favelas cariocas**

**Speech to the concrete: meaning effects and
walls built in Rio's favelas**

LUCIA MARIA ALVES FERREIRA*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

RESUMO

À luz da Análise do Discurso de filiação francesa, este artigo examina as principais redes de sentido tecidas pelo discurso jornalístico sobre a construção de muros em torno das favelas da cidade do Rio de Janeiro. Mobilizando os conceitos de acontecimento, memória, formação discursiva e sujeito, são examinadas matérias publicadas pelo jornal *O Globo* e pelas revistas *Veja* e *Isto é* entre abril de 2009 e fevereiro de 2010, procurando identificar os processos enunciativos que operam para que determinados sentidos se tornem hegemônicos e outros silenciados.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Discurso jornalístico. Acontecimento

*Sobre a autora ver página 153.

ABSTRACT

Based on the principles of French Discourse Analysis, this article examines the main meaning networks put forward by the journalistic discourse about the construction of concrete walls surrounding some favelas in the city of Rio de Janeiro, Brazil. The analytical framework mobilizes the concepts of memory, discursive formation and subject to identify the discursive processes that function so that some meanings become hegemonic while others are silenced. A corpus of texts published by the newspaper O Globo and the weekly magazines Veja and Isto é between April 2009 and February 2010 are used in the analysis.

KEYWORDS: Memory. Journalistic discourse. Discursive event

1 Introdução

Em meio às discussões sobre as inúmeras intervenções urbanas programadas para acontecer na cidade do Rio de Janeiro antes da realização das Olimpíadas, os cariocas vêm testemunhando, com espanto, a construção de muros em torno de algumas favelas da cidade. Inscrevendo-se em uma rede de formulações possíveis, na medida em que ganha sua forma no concreto, o acontecimento dos muros reclama sentidos, vinculando-se à memória de outros muros, a episódios da história política da cidade e de seus habitantes e a muitos outros sentidos disponibilizados pela memória. Para a maioria dos habitantes da cidade, no entanto, a novidade e a polêmica desencadeada sobre a sua funcionalidade – afinal muros servem para a delimitação de território – só se tornaram conhecidas pelos relatos dos jornais e dos telejornais. É por seu intermédio que conhecemos os projetos de urbanização, que ouvimos as vozes das autoridades responsáveis, das lideranças comunitárias e dos especialistas – urbanistas, cientistas sociais, historiadores –, atores sociais convocados para dar sentido ao acontecimento.

É assim que, em uma sociedade marcada por uma demanda por imediação na comunicação, por informação e por inteligibilidade, os meios de comunicação vêm assumindo o papel de principal formulador da memória, produzindo sentidos e investindo nos acontecimentos de

relevância histórica, tecendo os fios de memória a que serão filiados. Como afirma Pierre Nora no texto *O retorno do fato*, os meios de comunicação trouxeram de volta à cena o acontecimento, permitindo ao homem vivenciar a história contemporânea: “o acontecimento é projetado, lançado na vida privada e oferecido sob a forma de espetáculo” (NORA, 1976, p. 183). A democracia do acontecimento e a sua espetacularidade, nos diz Nora (1976), progrediram juntas. Ao tornar-se imediatamente público, o acontecimento contemporâneo nos transforma em *voyeurs* da atualidade.

O acontecimento surge, então, antes do trabalho do tempo, é um acontecimento sem historiador, que demanda explicação e faz surgir também aquilo que não é factual, um conjunto de fenômenos sociais que surgem das profundezas e demandam esclarecimento. Não há, portanto, acontecimento que não peça interpretação, “que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências” (HENRY, 1992, p. 51). Será sempre discursivizado, tomado em redes de memória, relacionado a discursividades anteriores, construindo saberes, promovendo alguns sentidos e silenciando outros, construindo uma memória que explica o presente, ressignificando o passado e apontando para uma memória do futuro. Os meios de comunicação nos oferecem, assim como a história, a literatura e a ciência, um modo de textualização da memória social.

Mas, como nos diz Pêcheux (2002, p. 19) a respeito do discurso jornalístico, o acontecimento “remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente... e profundamente opaco”. Se, por um lado, os meios de comunicação nomeiam e produzem explicações para os acontecimentos que irrompem nosso cotidiano, por outro, a produção desses sentidos é determinada por uma lógica de poder que, com frequência, nos escapa e que é exercida em praticamente todas as etapas da produção da notícia: na linha editorial, na reunião de pauta onde a matéria é pré-configurada, na seleção dos assuntos, nas abordagens, nas interdições, instâncias que, é claro, estão relacionadas ao jogo político e ao mercado.

Examinado por essa ótica, o discurso do jornalismo pode ser entendido como um *discurso sobre*, modalidade discursiva que tem como

“efeito imediato tornar objeto aquilo sobre o que se fala” (MARIANI, 1998, p. 60). Os discursos *sobre* operam na institucionalização dos sentidos, são intermediários, se situam entre o acontecimento e o interlocutor, representando um lugar de autoridade, na medida em que organizam e disciplinam a memória. Não é, entretanto, de qualquer lugar que se pode falar *sobre*. Os meios de comunicação legitimaram-se ao longo de seu processo de institucionalização como instâncias semantizadoras de sentidos, com papel crucial na produção de uma ideia de história e de memória. É neste sentido que a reflexão objeto desta pesquisa examina matérias sobre os muros que vêm sendo construídos próximos a algumas favelas cariocas. Lembrando que todo discurso é afetado pela memória do dizer, inscrevendo-se em uma rede de formulações possíveis, como postula a Análise do Discurso (AD) pensada por Pêcheux, o acontecimento dos muros reclama sentidos, demanda esclarecimentos. Não se pretende com a análise explicar, tornar inteligível ou interpretar o discurso em que estes sentidos se produzem, mas conhecer o funcionamento de seus processos de significação, explicitando “as montagens, os arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados” que o configuram (PÊCHEUX, 2002, p. 60). O objetivo é, portanto, perceber os processos discursivos que atuam na cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros e que acabam por contribuir para a homogeneização da memória. Neste sentido, procura-se não apenas apontar o sentido hegemônico, mas também considerar a relação de forças que permitiu a sua hegemonia, considerando os gestos de resistência, sinalizando os resíduos existentes (MARIANI, 1998).

2 O imaginário sobre a favela: o mito fundador

A memória social é um processo histórico que resulta de tensões e disputas de interpretação para os acontecimentos, com o apagamento de algumas e predominância de outras. O que se mantém é um efeito imaginário de continuidade das narrações. É nesta ótica que, no imaginário sobre as favelas e seus moradores, inscrevem-se, sob o efeito

de evidência produzido pela memória, os sentidos que circundam seu mito fundador.

A pesquisa histórica sobre as favelas cariocas aponta sua origem no final do século XIX. Teriam surgido no momento em que se procurava deixar para trás a condição de capital colonial e se procurava uma identidade urbana, cosmopolita. A capital do país vivia nessa transição as contradições que marcavam as condições adversas de vida em uma cidade dividida. Por um lado, o centro das decisões políticas do país, do comércio e da indústria, a cidade que procurava a modernidade nas letras, nas redações dos jornais, nas livrarias e nos cafés. Por outro, uma população de miseráveis, ex-escravos e migrantes, desempregados, protagonistas frequentes dos dramas urbanos retratados pelos jornais da época.

Nas denominações utilizadas para nomear o local onde viviam – “antro, covil, boca do inferno, oficinas da peste” –, e nos termos utilizados para nomeá-los – “capoeiras, malandros, arruaceiros, fazedores de algazarras, desocupados, desordeiros, mandriões, famigerados, facínoras, capadócios e afins” (SANTUCCI, 2008, p. 18; GOMES, 2010, p. 190), inscrevem-se as condições sócio-históricas de construção dos lugares sociais projetados para este segmento da população no discurso da imprensa da época.

As habitações insalubres em que viviam perto do porto e do centro da cidade, os cortiços e as estalagens passaram a ser vistos como obstáculos para a cidade que procurava a modernidade. Seguindo as diretrizes higienistas da época, intensificaram-se as campanhas pela reforma sanitária, e os cortiços e estalagens começaram a ser demolidos. Segundo Santucci (2008, p. 27), o primeiro cortiço a ser demolido, em 1893, foi o Cabeça de Porco, que teria tido, entre vários proprietários, o Conde d’Eu, marido da princesa Isabel, e que abrigava cerca de quatro mil pessoas. Com a demolição, alguns moradores reconstruíram suas moradias em terreno próximo, da mesma proprietária do cortiço, no Morro da Favella, com as madeiras que puderam retirar do cortiço antes da demolição. Pouco mais tarde, em 1897, vieram juntar-se, ao

contingente expulso dos cortiços, os soldados ex-combatentes de Canudos, que aguardavam encaminhamento do exército.

Com o tempo, intensificou-se a ocupação dos morros, e as favelas passaram a ser significadas pela ótica do estigma que circundava os cortiços, vistos como locais de vagabundagem e criminalidade, território de violência, de ilegalidade, bolsão de pobreza e de exclusão.

Segundo Valladares (2000, 2005), as representações que fazemos até hoje da favela são tributárias do seu mito de origem. Esses sentidos inscritos na memória social funcionam como referência básica no imaginário e ecoam quando a favela é nomeada, falada, discutida ou silenciada.

3 Os muros nas favelas cariocas: tecendo redes de filiação de sentidos

A construção de muros no entorno das favelas cariocas, projeto do governo do estado, gerido pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP), vem sendo amplamente noticiada pelos jornais cariocas, já ganharam matérias de capa nas revistas semanais e comentários em periódicos estrangeiros.

Em outras palavras, os muros entraram na ordem do dizer e da memória, ganharam sentidos, antes mesmo de se tornarem concreto(s). Para a maioria, o imaginário sobre os muros se (re)constrói pela via midiática, nos telejornais, nos relatos da grande imprensa, em espaços onde se inscrevem os sentidos, postos em jogo pelo sujeito quando entra na ordem do discurso.

Os procedimentos analíticos que norteiam esta pesquisa pressupõem o acompanhamento da trama discursiva em um *corpus* constituído de 13 matérias publicadas pelo jornal *O Globo* e pelas revistas *Vêja* e *Isto é*, entre abril de 2009 e fevereiro de 2010, procurando identificar, na trama discursiva dos textos, os processos mobilizados para que determinados sentidos se tornem hegemônicos, e outros, silenciados. Com base em Pêcheux (2002), diríamos que o acontecimento dos muros

é trabalhado nos jornais em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e começa a organizar. O que se pretende então é flagrar a reatualização da memória do dizer, as ressignificações, as disputas pela memória (FERREIRA, no prelo).

Ao engajar-se nas práticas discursivas do cotidiano, o sujeito interpreta e constrói a realidade, retomando os processos de significação que constituem a sua historicidade, mas que não se iniciaram nele. Estabelece-se então uma identificação simbólica com determinados significantes. Esta identificação produzirá um efeito de consistência e coerência imaginárias para o sujeito, que se colocará então na origem do que diz.

Na tradição estabelecida pela Análise do Discurso (AD), o discurso é visto como efeito de sentido entre interlocutores. Objeto integralmente linguístico e histórico, nele a exterioridade é parte do que é próprio da linguagem e de seu funcionamento (GUIMARÃES; ORLANDI, 2006). Nessa perspectiva, um dos efeitos de sentido do discurso jornalístico é a aura de referencialidade, objetividade e neutralidade de que se reveste. Por antecipação, o leitor espera que o discurso jornalístico venha ordenar e explicar as causas e conseqüências dos acontecimentos, que venha trazer sentido para o acontecimento que irrompe em seu cotidiano. No processo interpretativo das notícias, no entanto, apagam-se para o leitor as estratégias enunciativas, que, exercendo uma determinação de sentido, produzem o efeito de literalidade de que se reveste aquilo que é escrito nas páginas dos jornais.

Na ótica da AD, o sujeito enuncia a partir das formações imaginárias de seu grupo social, afetado pelos inúmeros discursos que participam de sua constituição e que se constroem no interior de formações discursivas (FDs), que, invadidas por sentidos oriundos de outras FDs, encontram-se em constante processo de estabilização e desestabilização. A historicidade desses pré-construídos e saberes partilhados socialmente encontra-se, no entanto, apagada para o sujeito (MARIANI, 1998).

Vale ressaltar que esta noção de FD como espaço heterogêneo pressupõe a alteridade e a diferença no âmbito dos saberes que

a configuram. De fato, as primeiras formulações de FD são criticadas por Pêcheux (2002, p. 56), para quem elas muitas vezes se assemelhavam a “uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso voltada à repetição”. O discurso, nos diz o autor, não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais em que ocorre; constitui-se, ao mesmo tempo, em “um efeito dessas filiações e um trabalho... de deslocamento no seu espaço”.

Na mesma perspectiva, Courtine (1981; 1999) destaca que o domínio do saber de uma FD, que pressupõe a contradição e a heterogeneidade, funciona como um princípio de aceitabilidade e de exclusão de caráter instável. Não é possível definir seus limites, em função das disputas ideológicas e das transformações da conjuntura histórica. O domínio do saber de uma determinada FD – o interdiscurso – está em permanente reconfiguração, em função dos posicionamentos ideológicos que levam à incorporação de elementos pré-construídos em seu exterior, que podem atuar, tanto reiterando os elementos já presentes e organizando a sua repetição, quanto provocando a sua transformação ou mesmo seu desaparecimento.

Da mesma forma, assim como devemos entender a FD como heterogênea em relação a si mesma, por abrigar a diferença em seu interior, a memória, como propõe Pêcheux (1999, p. 56), “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

No caso das matérias sobre o muro, a principal rede de sentidos tecida com base na justificativa para a sua construção vincula-se a uma FD que se configura como um discurso ambientalista, de proteção à mata que circunda as favelas. Alguns enunciados do *corpus* analítico recortados de títulos e depoimentos de alguns atores sociais são bastante ilustrativos:

Muro estanca o impacto ambiental
Ameça ao meio ambiente explica a pressa
O objetivo é... impedir que a mata continue a ser devastada

Construção no Dona Marta pretende impedir expansão da comunidade em direção à mata

Esses enunciados, que justificam a construção dos muros apoiados em um discurso de proteção à mata, acabam por deslocar a discussão do social e do político. Os efeitos de memória que eles suscitam remetem ao discurso científico sobre o tema do aquecimento global e à politização da questão climática. O meio ambiente torna-se o foco da discussão, tornando periféricas as questões da esfera socioeconômica e da discriminação e segregação centenárias, temas silenciados no discurso oficial.

A esta rede de significações, diretamente relacionadas a uma FD de forte orientação ambientalista, associa-se outra, a que vincula a construção do muro à necessidade de ordenação da cidade. Na lógica da FD da ordem urbana, as favelas constituem-se como territórios desviantes, e os moradores, como transgressores que escapam da ordenação que permite a convivência. O reordenamento a ser promovido com a construção dos muros é condição indispensável para a transformação do *status quo*, como nos indicam as autoridades cujas vozes reverberam nos jornais: o governador, o prefeito, o vice-prefeito e o secretário de meio ambiente, o presidente da Empresa de Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro (EMOP). Mais uma vez, ilustro alguns desses enunciados:

A revolução polêmica que ordena a cidade
O objetivo é restabelecer a ordem urbana, uma tentativa de
mudar a realidade e emprestar alguma ordem ao caos
A gente quer botar ordem na cidade
Com parâmetros urbanísticos e regularização fundiária,
teremos instrumentos mais eficazes de fiscalização.

Fortemente tributário do mito fundacional da favela de que falamos anteriormente, o argumento de normatização e controle da ordem urbana nas justificativas para a edificação dos muros constrói-se, principalmente, com base em duas redes de sentido: uma na ótica de

um discurso sobre cidadania, fortemente vinculado à universalização da infraestrutura, e outra no controle da marginalidade e do crime.

Na perspectiva discursiva desta FD, a definição dos limites da favela com a construção dos muros permitirá ao poder público ter condições de promover urbanização ordenada, universalizar o saneamento básico, combater construções em áreas de risco, regularizar a distribuição de energia elétrica, melhorar o acesso, disciplinar o comércio, legalizar as propriedades. Além disso, restringindo o movimento dos traficantes, os muros facilitarão o combate à criminalidade (FD de política de segurança pública). Observe-se que esta rede de sentidos constrói-se não apenas na voz das autoridades responsáveis pelo projeto e pela construção. Também a presidente de uma associação de moradores de um dos bairros da zona da sul da cidade chega a sugerir uma alteração no traçado de um dos muros, para impedir o trânsito de traficantes entre as duas favelas e o acesso às trilhas que levam ao bairro.

A gente precisa do muro em outro lugar. Quando a Rocinha foi invadida em 2007, os bandidos se esconderam na mata e usaram trilhas para fugir pelo Alto Leblon. O que favorece o tráfico na Chácara do Céu hoje é esse trânsito livre com a Rocinha. Em linha reta são apenas 200 metros entre as duas favelas (O Globo, 11/08/2009).

O mecanismo simbólico que concede ao discurso jornalístico o poder de ordenar e explicar os acontecimentos do cotidiano pressupõe uma narratividade, o emprego de estratégias discursivas que possam promover a identificação do sujeito-leitor com o objeto da narração. Uma dessas estratégias, por exemplo, consiste na produção de uma narrativa polifônica, na convocação de diferentes vozes na discursivização do acontecimento, para que o leitor possa sentir-se devidamente “informado”.

Muitas vozes foram convocadas na configuração do discurso sobre a construção dos muros – autoridades responsáveis, sociólogos,

representantes de associações de moradores, alguns moradores, vozes que ocupam diferentes lugares sociais no discurso. A visibilidade dada à pluralidade de vozes, ao dissenso, às disputas, à voz do “outro” tem como efeito de sentido a informatividade e faz parte das estratégias que dão legitimidade ao discurso jornalístico. Mas, como já lembrado anteriormente, na observação de Pêcheux sobre o efeito de transparência do discurso da imprensa, o que percebemos na análise das matérias sobre os muros na imprensa de referência é que a polifonia, metáfora de um discurso democrático e pluralista, não tem igual distribuição no espaço discursivo. As falas dos especialistas, dos representantes das comunidades e dos moradores acerca dos muros funcionam, via de regra, como coadjuvantes que ecoam o discurso oficial, de preservação do meio ambiente, de necessidade de reordenamento urbano e de controle da marginalidade e da violência, como podemos ver nos exemplos a seguir, enunciados produzidos nas falas do governador, de um ambientalista e de um líder comunitário:

O objetivo é restabelecer a ordem urbana e impedir que a mata continue a ser devastada (governador).

Não é simples conter a expansão de uma comunidade. O muro é uma demarcação que permite um monitoramento constante (ambientalista Maurício Ruiz, Instituto Terra de Preservação Ambiental).

Não estamos falando de um muro que vai tirar a liberdade das pessoas ou separar a favela da cidade, mas de uma construção para preservar o meio ambiente... (presidente do Movimento Popular das Favelas, William de Oliveira, morador da Rocinha).

Poucos são os momentos em que a desaprovação ou o questionamento da construção é discursivizado pela via direta da declaração pública, como na fala do presidente da Associação dos Moradores da Rocinha, Antônio Ferreira, na edição de *O Globo* de 29/04/2009. O representante comunitário teria sido convocado para

falar sobre um plebiscito feito na Rocinha sobre a construção dos muros, mas ignorado pelo poder público porque a amostra consultada não foi considerada significativa. Os moradores que reprovaram a construção do muro defendiam o projeto de um anel viário que se complementaria com uma ecotrilha pavimentada, além de outros benefícios urbanísticos. Conseguiram apenas algumas modificações no projeto apresentado pelas autoridades estaduais, como a de fazer mais baixos alguns segmentos do muro do que o previsto pelo projeto.

Na fala do representante da comunidade, que declarara a desaprovação do muro, há uma referência aos ecolimites anteriormente fixados e à precariedade das habitações que os extrapolaram:

Os ecolimites funcionam bem aqui, o que existem ali são habitações precárias. A população é contra o muro, que é um símbolo de divisão.

Não obstante o protesto contra a construção do muro percebemos a centralidade das preocupações com o meio ambiente na adesão da comunidade à proposta de demarcação dos limites da favela pelo anel viário e pelas ecotrilhas. Não há espaço para que se instaurem outros sentidos. As vozes convocadas acabam por funcionar como mero apêndice confirmativo de uma visão já configurada, sempre construindo um efeito de consistência e coerência no discurso.

Entrar na ordem do discurso é também dar voz ao outro. O sujeito da linguagem é determinado por sua relação com a exterioridade, “É um sujeito des-centrado, dividido, essa divisão tendo um caráter estrutural e estruturante” (ORLANDI, 2008, p. 46).

No que diz respeito à fabricação de justificativas para a construção dos muros, o outro, o diferente, constitui também o discurso oficial. Mesmo silenciadas, as vozes que materializam o dissenso vão falar e constituir o discurso hegemônico. Ao negar peremptoriamente as acusações de segregação e recusar o papel simbólico de fator de exclusão e de divisão atribuído ao muro, as falas das autoridades acabam por inserir no discurso a polêmica, a réplica e os contra-discursos que acabam por constituí-los.

Esse é o muro da inclusão, e não da segregação. Ele significa o fim da omissão do poder público (governador Sérgio Cabral). ...não há apartheid ou movimento sectário...; o direito de ir e vir dos moradores está garantido... com chances de maior segurança (Isto é -22/04/2009 – editorial).

Não estamos falando de um muro que vai tirar a liberdade das pessoas ou separar a favela da cidade, mas de uma construção para preservar o meio ambiente... (presidente do Movimento Popular das Favelas, William de Oliveira, morador da Rocinha).

O que o muro simboliza é a decisão de encarar com a devida seriedade o problema das favelas (Veja, 22/04/2009).

Como já observado, os poucos gestos de resistência à construção dos muros, mapeados nas falas dos atores sociais convocados pelo jornal e pelas revistas, são, muitas vezes, percebidos pela sua negação no discurso oficial relatado pela imprensa. Via de regra, não são conhecidas as identidades dos opositores nem lhes é dada a palavra.

No *corpus* reunido, em apenas uma matéria, a origem dessas vozes dissidentes é revelada: na de *O Globo* do dia 21 de abril de 2009, intitulada *Uma polêmica em versão espanhola* – Jornal *El País* erra ao dizer que muros serão construídos apenas na Zona Sul.

O texto da matéria que informa sobre a repercussão internacional do acontecimento dos muros se constitui em uma resposta ao escritor José Saramago e ao jornal espanhol *El País*, que teriam publicado textos com crítica à construção dos muros. O de Saramago trazia uma comparação com o muro de Berlim e o de Israel. Em resposta, a matéria de *O Globo* lembra que, enquanto os dois muros citados por Saramago restringiam o ir e vir dos habitantes, separando os dois lados da fronteira, o muro carioca “não fechará acessos, não dividirá comunidades nem impedirá a entrada e saída de moradores”.

O texto do *El País*, objeto da crítica de *O Globo*, apontava, além do aspecto penitenciário dos muros, o fato de que só seriam construídos em torno das favelas da zona sul carioca. A matéria de *O Globo*, que defende abertamente a construção, aponta o que considera os erros da

crítica. Não há aspecto penitenciário porque os muros não “contam com rolos de arame farpado, cerca elétrica, guaritas”. Além disso, a EMOP, empresa do estado, já estaria vistoriando outras favelas para expandir o projeto. A reportagem de *O Globo* também ironiza a matéria do *El País*, que afirmava que os moradores do Dona Marta seriam impedidos de ter “acesso ao bosque para coletar frutas silvestres da época”.

Na busca pelos gestos de resistência à cristalização dos sentidos hegemônicos sobre a construção dos muros, não surpreende que as vozes críticas tenham sido identificadas, afinal são vozes por demais conhecidas dos brasileiros, e a imprensa não poderia deixar de reconhecer-lhes a autoridade. Na matéria que aponta um a um o que considera os erros de Saramago e de *El País*, entretanto, fica registrada a total adesão do discurso jornalístico ao oficial. Apenas na imagem que ilustra a matéria, o muro de concreto surge, alto, cortando o morro, sem que se possa visualizar qualquer passagem ou acesso possível para as pessoas.

4 Considerações finais

Na ótica de Pêcheux (2002), o acontecimento é entendido como o “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” em uma dada conjuntura. Elemento não previsível que rompe com o imaginário constituído, ele demanda sentidos e interpretações, para que possa integrar-se à memória, a uma rede de filiação de sentidos que permita sua compreensão.

Discursividade constitutiva do sujeito contemporâneo, o discurso jornalístico nos interpela, produzindo um saber sobre os acontecimentos que impactam o nosso cotidiano: as guerras, as tragédias, os crimes, os acordos e desacordos políticos, relatos que chegam a nós embasados em uma lógica semiotizada que orienta a produção de sentidos, a percepção, a inteligibilidade e a interpretação dos acontecimentos.

Na breve análise exposta, esta lógica funciona na direção da construção do consenso sobre os muros que estão sendo rapidamente edificados em torno das favelas cariocas. Este consenso se produz

com a naturalização dos discursos de proteção ao meio ambiente, de ordenamento urbano e de controle da criminalidade e da violência, discursos que nos interpelam ideologicamente, produzindo um deslocamento dos sentidos das causas desses problemas e a despolitização da discussão do social.

No *corpus* examinado, não se observa equidade no que diz respeito a uma possível polifonia de vozes. Falam principalmente aqueles que defendem a construção dos muros, estabelecendo sentidos fortemente vinculados à necessidade de controlar a expansão das favelas para proteger a mata circundante. São silenciados sentidos que indicam que a atual expansão das favelas cariocas é vertical, o que coloca em questão os argumentos em defesa da construção dos muros, embasados na lógica da proteção ambiental. As favelas da zona sul carioca estão sofrendo um crescimento vertical desenfreado, com a construção de prédios de vários andares, indicando forte especulação imobiliária, com a valorização das unidades habitacionais existentes no perímetro a ser circundado pelos muros.

Os argumentos em defesa dos muros também os associam a uma necessidade de demarcar fronteiras em prol do reordenamento urbano (FD da ordenação urbana) e de controle da criminalidade. São rechaçadas quaisquer alusões ao papel do muro como símbolo de exclusão. Pelo contrário, as redes de sentido tecidas na discursivização do acontecimento dos muros nas favelas cariocas destacam seu papel na construção do sentido de civilidade, garantido pela proteção ao meio ambiente, pela ordem e pela segurança. É neste sentido que ecoa a fala do governador publicada na revista *Veja* de 22 de abril de 2009: “Esse é o muro da inclusão, e não da segregação. Ele significa o fim da omissão do poder público”. A integração à urbanidade da cidade, que pressupõe a ordem e a legalidade, é agora simbolizada pela construção dos muros. Inverte-se, portanto, a ordem vigente desde os momentos fundadores da favela, da exclusão e da segregação, com a simples construção de alguns quilômetros de muros de concreto.

REFERÊNCIAS

- COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, n. 62, jun. 1981.
- COURTINE, J.-J. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.
- FERREIRA, L. M. A. Discursivizando a história do presente na imprensa: o resgate dos reféns das Farc (nov. 2007- jan. 2008). **Morpheus**, Rio de Janeiro. (No prelo).
- GOMES, N. S. S. **Em busca da notícia: memórias do jornal do Brasil - 1901**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. O conhecimento sobre a linguagem. In: PFEIFFER, C.; NUNES, J. H. (Org.). **Linguagem, história e conhecimento**. Campinas: Pontes, 2006. p. 141-157.
- HENRY, P. A ferramenta imperfeita: língua, sujeito, discurso. Campinas: Unicamp, 1992.
- MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Rio de Janeiro: Revan/Campinas: Unicamp, 1998.
- NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 179-193.
- ORLANDI, E. **Terra à vista-discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas: Unicamp, 2008.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- SANTUCCI, J. **Cidade rebelde**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- VALLADARES, L. do P. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Recebido em março de 2011.

Aceito em maio de 2011.

SOBRE A AUTORA

LUCIA MARIA ALVES FERREIRA é doutora em linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua como docente na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO). Tem experiência docente e em pesquisa no campo da Análise do Discurso. De uma perspectiva interdisciplinar, examina a relação entre o discurso e a memória social, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso jornalístico e memória; representações de gênero; discurso e cidade. É líder do grupo de pesquisa do CNPq Memória e Discurso e coordenadora dos projetos *Representações nos discursos midiáticos* e *Discurso, sujeito e memória nas tramas dos sentidos sobre o Rio de Janeiro*, ambos apoiados pelo CNPq.
E-mail: lmf@connection.com.br